



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Av. Dom Pedro II, 830 - Fone (49) 3364-0092.
CNPJ Nº 80.622.319/0001-98
E-mail: pregoeiro@serraalta.sc.gov.br
Site: serraalta.atende.net

EDITAL DE LICITAÇÃO



MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2024

**OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE GRAMA
SINTÉTICA PARA QUADRA ESPORTIVA
LOCALIZADA EM FRENTE A CRECHE
MUNICIPAL, NO LOTEAMENTO VISTA
LONGA.**

AVISO: Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, notadamente quanto ao credenciamento, objetivando uma perfeita participação no certame que será destinado EXCLUSIVAMENTE as ME e EPP nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014. Dúvidas? Ligue 49-3364-0092 ou 3364-0172 /3364-0076. E-mail: pregoeiro@serraalta.sc.gov.br. Código Registro (e-Sfinge):



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Av. Dom Pedro II, 830 - Fone (49) 3364-0092.
CNPJ Nº 80.622.319/0001-98
E-mail: pregoeiro@serraalta.sc.gov.br
Site: serraalta.atende.net

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO – PARA AQUISIÇÃO BEM COMUM (Art. 6º, XIII)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033 /2024
PREGÃO ELETRONICO Nº 033/2024

1. PRÊAMBULO

1.1 O MUNICIPIO DE SERRA ALTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, cadastrado no CNPJ nº 80.622.319/0001-98, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Dom Pedro II, 830, centro de Serra Alta, CEP 89871-000, através de seu PREFEITO MUNICIPAL **RAFAEL MARIN** e comissão de Licitação designada pelo Decreto nº 097/2024 de 03/04/2024, **TORNAM PÚBLICO** e comunicam os interessados que está realizando o **Processo Licitatório de nº 033/2024** na modalidade **PREGÃO ELETRONICO Nº 033/2024**, do “**TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**” de conformidade com a Lei 14.133/2021 de 1º de Abril de 2021, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis, bem como as condições a seguir estabelecidas:

I - Regime legal:

a) [Lei nº 14.133/2021](#);

II - Modalidade:

a) Pregão Eletrônico ([art. 6º, XLI](#))

III - Critério de disputa e Julgamento:

a) Pregão eletrônico em sistema aberto, com critério de menor preço.

IV - Forma:

a) Eletrônico ([art. 12, lei 14.133/21](#))

V - Plataforma:

a) O pregão eletrônico ocorrerá através da plataforma PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS (www.portaldecompraspublicas.com.br).

Obs.: A solicitação da senha de acesso junto a plataforma PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, caberá única e exclusivamente ao fornecedor, que terá sua senha intransferível.

VI - Data/horário limite para apresentação da PROPOSTA:

a) 11/07/2024 (onze de julho de 2024)

b) 09h00min (horário de Brasília/DF)

VII - Data/horário da sessão pública:

a) 11/07/2024 (onze de julho de 2024)

b) 09h15min (horário de Brasília/DF)

Obs: Conforme Artigo 55, o presente pregão permanecerá publicado pelo prazo não inferior a 8 dias úteis, cujo critério de julgamento será pelo menor preço.

a) Os documentos de HABILITAÇÃO serão anexados pelo licitante junto ao sistema no momento do cadastro da proposta, sendo que somente os documentos da proponente vencedora serão analisados.

b) A documentação de habilitação deverá ser enviada via sistema Portal de Compras Públicas.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Av. Dom Pedro II, 830 - Fone (49) 3364-0092.
CNPJ Nº 80.622.319/0001-98
E-mail: pregoeiro@serraalta.sc.gov.br
Site: serraalta.atende.net

c) A não apresentação da documentação via sistema, implicará na desistência do item, sem possibilidade de recurso.

VIII - Condução do processo licitatório:

a) Pregoeiro e Equipe de Apoio ([art. 8º, § 5º da Lei nº 14.133/2021](#)), conforme designação através do Decreto Municipal 261/2023 de 06 de outubro de 2023.

2. OBJETO

2.1 O objeto deste processo licitatório trata-se de **PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA PARA QUADRA ESPORTIVA LOCALIZADA EM FRENTE A CRECHE MUNICIPAL, NO LOTEAMENTO VISTA LONGA.**

2.2 Valor final dos itens:

Ite m	Descrição	Und	Qtidade	Marc a	Unitário	Valor total
1	GRAMA SINTÉTICA ESPORTIVA DE 52MM INSTALADA • Fio fibrilada de 52mm de altura 8.500 Detex, Fio 100% polietileno virgem, Base dupla com revestimento em látex especial + resina acrílica, mínimo 11.000 pontos por m², Gauge 5/8" e mínimo 17 pontos para cada 10 cm lineares, cor: Verde, Peso por m² produto acabado 2,55KG, Garantia de 5 anos; • mínimo 8.000 KG Granulado de borracha PG01; • Cola PU, tape para união dos tapetes; • Grama branca para demarcação de 52 mm de altura, fio 100% polietileno virgem, base dupla com revestimento em látex especial + resina acrílica, mínima de 10.300 pontos por m², Gauge 5/8, mínimo de 16 pontos para cada 10 cm, lineares, Garantia de 05 anos. • Mínimo 16 m³ de areia fina seca (sílica); • Mão de obra para instalação de grama sintética, para regularização e aplicação de areia sobre a grama, aplicação de granulado de borracha e escovação de todo o gramado instalado para regularização. • Frete e demais custos operacionais e administrativos.	M²	680		R\$114,22	R\$ 77.669,60

OBS: OS SERVIÇOS PREPARATÓRIOS DA BASE SERÃO REALIZADOS PELO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ ENVIAR UM TÉCNICO, PARA ACOMPANHAR OS SERVIÇOS PREPARATÓRIOS DA BASE (NIVELAMENTO E COMPACTAÇÃO) PARA ADEQUAÇÃO AOS PADRÕES NECESSÁRIOS, PARA RECEBIMENTO DA GRAMA SINTÉTICA.

2.3 O objeto está fundamentado ([art. 18, I e II da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - Estudo Técnico Preliminar – **ETP nº 015/2024** (ANEXO I);
- II - Termo de Referência – **TR nº 018/2024** (ANEXO II).

2.4 O objeto instalado deverá ser entregue no município de Serra Alta - SC no prazo **máximo de 60 dias**, podendo o **prazo ser prorrogado mediante termo aditivo** com solicitação de no máximo 10 dias anteriores ao seu vencimento.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Av. Dom Pedro II, 830 - Fone (49) 3364-0092.
CNPJ Nº 80.622.319/0001-98
E-mail: pregoeiro@serraalta.sc.gov.br
Site: serraalta.atende.net

2.5 **Valor Da Licitação: R\$ 77.669,60 (setenta e sete mil, seiscentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos);**

2.6 SUBCONTRATAÇÃO: fica VEDADA / AUTORIZADA a subcontratação.

2.7 O consorcio CIIDR não possui Plano de Contratações Anual

3. PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 As despesas decorrentes deste processo licitatório correrão por conta do ano vigente:

Código Reduzido:	100
Órgão:	5 - Secretaria de Educacao, Cultura e Esportes
Unidade:	3 - Departamento de Esportes
Ação:	2507 - ESPORTE, FORMAÇÃO E LAZER
Vínculo:	150070000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS - IMPOSTOS
Subelemento:	3339030240000000000 - Material para manutenção bens imóveis

4. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

4.1 **Qualquer pessoa** é parte legítima para **impugnar** edital de licitação por irregularidade na aplicação da legislação vigente **ou para solicitar esclarecimento** sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame ([art. 164 da Lei nº 14.133/2021](#)).

4.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no **prazo** de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame ([art. 164, p. ú. da Lei nº 14.133/2021](#)).

4.3 Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas ([art. 55, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

4.4 A não manifestação da empresa interessada, incorre na aceitação integral e total do ETP, TR e edital, e, portanto, não sendo possível sua contestação após o prazo predeterminado no subitem 4.1.

5. VEDAÇÕES PARA DISPUTAR O CERTAME E PARTICIPAR DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1 São vedações para disputar o certame e participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#):

a) Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria ([art. 9º, § 1º](#));

b) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, sendo que equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico ([art. 14, I c/c § 3º](#));

c) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários ([art. 14, II](#)). Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico ([art. 14, § 3º](#));

d) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar



da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta ([art. 14, III](#));

Obs. 1: Este impedimento também é aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante ([art. 14, § 3º](#)).

e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 14, IV](#));

f) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Dispõe sobre as Sociedades por Ações](#), concorrendo entre si ([art. 14, V](#));

g) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista ([art. 14, VI](#));

h) Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021 ([art. 14, § 5º](#));

i) É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada ([art. 15, IV](#));

j) Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato ([art. 48, p. ú.](#));

k) Vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 122, § 3º](#)).

5.2 O licitante **deverá** apresentar declaração que não incorre nos impedimentos **(ANEXO III)**.

6. CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD (LEI Nº 13.709/2018)

6.1 Para finalidade da efetiva participação do LICITANTE no certame, o Município de Serra Alta - SC fará tratamento dos dados pessoais definidos neste edital, dos representantes legais e outros, e, zelar e responsabilizar-se-á pela proteção de dados e privacidade.

6.2 O LICITANTE obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial os regulamentos municipais e a [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#), empenhando-se em proceder a todo tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário, em conformidade com este edital.

6.3 O Município de Serra Alta - SC e o LICITANTE, quando do tratamento de dados pessoais, o fará de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#), e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

6.4 O LICITANTE declara que tem ciência da existência da [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, deverá zelar e responsabilizar-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar **(ANEXO IV)**.



6.5 É vedado ao LICITANTE a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência do certame, para finalidade distinta da participação deste. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais.

6.6 O LICITANTE fica obrigado a notificar o Município de Serra Alta - SC, em até 24 (vinte e quatro) horas, a respeito de qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação, qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de dados pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#).

6.7 As partes, em razão das infrações cometidas às normas previstas, ficam sujeitas às sanções administrativas, cíveis e criminais aplicáveis, por qualquer ação ilícita, que causar danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais.

6.8 O LICITANTE será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao Município de Serra Alta - SC e/ou a terceiros, diretamente resultantes do descumprimento pelo LICITANTE de qualquer das cláusulas previstas neste edital quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

6.9 As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#) e nas leis e regulamentos de proteção de dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

6.10 As cláusulas de proteção de dados deste edital, permanecem durante toda execução do objeto ora licitado, sem prejuízo de novas cláusulas definidas no instrumento contratual resultante deste certame, na medida de abrangência dentro de seu escopo, e, ainda que encerrada vigência do instrumento contratual, os deveres previstos devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

6.11 Por ocasião da assinatura do contrato, o(s) LICITANTE(S) vencedor(es) do certame, deverão seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhadas com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado, afim de assegurarem adequado nível de segurança em relação aos possíveis riscos gerados pelo tratamento de dados pessoais, na sua estrutura organizacional.

6.12 Por ocasião da assinatura do contrato, o(s) LICITANTE(S) vencedora(s) do certame, informarão ao Município de Serra Alta - SC, dos dados de contato do seu respectivo Encarregado de Dados, conforme exigido nos documentos de habilitação jurídica.

7. APLICAÇÃO DA [LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006](#)

7.1 Conforme [art. 4º da Lei nº 14.133/2021](#), aplicam-se as disposições constantes dos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006](#), exceto ([art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)):

I - No caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte; ou seja, superior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

II- No caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, superior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

7.2 Para os efeitos da [Lei Complementar nº 123/2006](#), consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte ([art. 3º](#)):

- I Sociedade empresária;
- II Sociedade simples;
- III **Empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI;**
- IV **Empresário a que se refere o [art. 966 do Código Civil](#):**



a) Quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços;

b) Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

7.3 Os efeitos da [Lei Complementar nº 123/2006](#) também se aplicam:

I - Ao Microempreendedor Individual – MEI nos termos do [art. 18-A, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006](#);

II - Às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no [inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 \(Lei nº 11.488/2007, art. 34\)](#).

7.4 Para obtenção dos benefícios, conforme [art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#), o licitante deverá apresentar declaração (ANEXO V) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte ([Lei Complementar nº 123/2006, art. 3º, II](#)) juntamente com a **CERTIDÃO ATUALIZADA DE ENQUADRAMENTO NO ESTATUTO NACIONAL DA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE** fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante.

7.5 Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos no [art. 4º, §§ 1º e 2º da Lei nº 14.133/2021](#).

7.6 O presente processo licitatório não se enquadra nas exceções previstas no § 1º do artigo 4º da Lei 14133/2021, enquadrando-se no artigo 48, I da Lei Complementar nº 123/2006, pois o valor da contratação por item é inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e, portanto, a licitação será de forma exclusiva para Micro Empresas - ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, Micro Empreendedor Individual – MEI e Sociedades Cooperativas.

8. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

8.1 Fica vedada a participação de consórcio: uma vez que trata de aquisição de bem que dever ser fornecido por um único fornecedor.

9. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA

9.1 Fica vedado a participação de cooperativa: foge ao objeto da licitação.

10. REGRAS GERAIS PARA DOCUMENTAÇÃO

10.1 Conforme [art. 12 da Lei nº 14.133/2021](#):

I - Os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis;

II - Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no [art. 52 da Lei nº 14.133/2021](#) (licitações internacionais);

III - O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;

IV - A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração Pública Municipal, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

V - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

VI - Os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;



VII - É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

11. FASES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

11.1 Para este certame, a sequência das fases será ([art. 17, caput da Lei nº 14.133/2021](#)):

1º PROPOSTA;

2º HABILITAÇÃO.

11.2 A fase RECURSAL será única ([art. 165, § 1º, II da Lei nº 14.133/2021](#)).

11.2.1 Será aberto a fase recursal após declarado o vencedor, sendo que a empresa participante poderá fazê-lo através de simples manifestação de interesse.

a) O recurso deverá ser apresentado, através de documentação enviada por e-mail pregoeiro@serraalta.sc.gov.br

b) O recurso será protocolado em no máximo **72 horas úteis**;

c) O Contra Recurso será proferido em até **48 horas úteis**;

d) A análise e resultado será proferido em **48 horas úteis**;

12. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

12.1 CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO POR ITEM**

12.1.1 Para elaboração e apresentação das propostas o licitante deve:

I - Levar em consideração o disposto neste edital e em seus anexos;

II - Não ofertar proposta com valor superior ao indicado neste edital;

III - Apresentar declaração de que sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas ([art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#));

IV - Encaminhar proposta na plataforma indicada no preâmbulo;

V - A proposta deverá ter validade mínima **de 90 (noventa) dias**, contados da data da abertura da sessão, sendo que decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para contratação, ficará o licitante liberado do compromisso assumido.

*Art. 90, § 3º Decorrido o prazo de validade da proposta **indicado no edital** sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.*

12.2 O conteúdo das propostas é sigiloso até a abertura da sessão pública ([art. 13, I da Lei nº 14.133/2021](#)), sob pena de incursão no [art. 337-J do Código Penal](#).

12.2.1 Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

12.2.2 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

12.2.3 No caso de a desconexão do **pregoeiro** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, no e-mail ou telefone.

12.3 Quanto aos lances:



I - Os licitantes poderão encaminhar lances públicos, sucessivos e decrescentes, sendo que os lances deverão ser inferiores ao último ofertado por ele próprio, respeitado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários (iguais ou superiores ao menor já ofertado) quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta;

II - Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa.

12.4 MODO DE DISPUTA:

*ATENÇÃO: Modo de disputa varia de acordo com Critério de Julgamento	
Aberto	1. Menor Preço (Art. 56, § 1º)

I - ABERTO:

- a) 10 (dez) minutos, sendo 8 minutos de lances sucessivos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos;
- b) A prorrogação automática será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação;
- c) Não havendo novos lances nos últimos 2 (dois) minutos, a sessão pública será encerrada automaticamente;
- d) Encerrada a etapa de lances, com ou sem prorrogação automática pelo sistema, poderá o **pregoeiro**, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício do envio de lances, em prol da consecução do melhor preço;
- e) Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração;
- f) Durante o envio de lances, o **pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexecutável;
- g) Se ocorrer a desconexão do **pregoeiro** no decorrer do envio de lances, mas o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

13. VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS NO CEIS E CNEP

13.1 Tão logo o Município tenha conhecimento fornecedor interessado em participar do certame, será verificada a existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros mantidos pela [Controladoria-Geral da União \(CGU\)](#):

- a) [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(CEIS\)](#);
- b) [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(CNEP\)](#).

13.2 A consulta será feita no seguinte link: <https://certidoes.cgu.gov.br/>

13.3 A consulta aos cadastros acima referidos **será realizada em nome do fornecedor e também de seu sócio majoritário**, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429/1992](#) (*Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências*).

13.4 A verificação visa coibir o disposto no [art. 337-M do Código Penal](#).

14. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

14.1 ANÁLISE DE PROPOSTA

14.1.1 Serão desclassificadas as propostas que ([art. 59, caput, da Lei nº 14.133/2021](#)):



- I - Contiverem vícios insanáveis;
- II - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III - Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- IV - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública Municipal;
- V - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;
- VI - Não apresentarem declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas ([art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

14.1.2 A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada ([art. 59, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

14.2 EXEQUIBILIDADE:

- 14.2.1 O Município poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada ([art. 59, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 14.2.2 Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a: 75% inferior em relação ao valor máximo definido pela Administração Pública.

14.3 EMPATE:

- 14.3.1 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem ([art. 60, caput da Lei nº 14.133/2021](#)):
 - I - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - II - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133/2021](#);
 - III - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;
 - IV - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle, quando existir.

14.4 DIREITO DE PREFERÊNCIA:

- 14.4.1 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por ([art. 60, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)):
 - I - Empresas estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;
 - II - Empresas brasileiras;
 - III - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - IV - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#) (Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências).
- 14.4.2 Ainda, devem ser aplicadas as regras dos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006](#) ([art. 60, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)): se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por licitante apto a usufruir dos benefícios da [Lei Complementar nº 123/2006](#) e se houver proposta igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, apresentada por licitante que possa usufruir dos benefícios da [Lei Complementar nº 123/2006](#), se procederá da seguinte forma:
 - I - O licitante coberto pelos [arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/2006](#) mais bem



classificado poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatário;

II - Não sendo adjudicatário na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no caput deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, decairá do direito previsto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006](#).

14.5 NEGOCIAÇÃO:

14.5.1 Definido o resultado do julgamento, a Administração Pública Municipal poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado ([art. 61, caput da Lei nº 14.133/2021](#)).

14.5.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação **inicialmente** estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração ([art. 61, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

14.5.3 A negociação será conduzida pelo pregoeiro e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes ([art. 61, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)).

14.5.4 Se a proposta for desclassificada o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

15. DA HABILITAÇÃO

15.1 Encerrado o julgamento das propostas, será exigido do licitante com a melhor proposta os documentos de habilitação, o qual deverá apresentar os documentos na data e hora informados no preâmbulo ([art. 63, II da Lei nº 14.133/2021](#)):

Obs. 1: Se a fase habilitação anteceder a de julgamento:

I - Todos devem apresentar documentos de habilitação, mas os documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado ([art. 63, III da Lei nº 14.133/2021](#));

II - Quando a fase de habilitação já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento ([art. 64, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)).

15.1.1 Os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação precisa de dados capazes de qualificar inequivocamente o licitante.

15.2 Em se tratando de licitante apto a usufruir dos benefícios da [Lei Complementar nº 123/2006](#):

I - Deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição ([art. 43](#));

II - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública Municipal, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa ([art. 43, § 1º](#));

III - A não-regularização da documentação, no prazo previsto anteriormente, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#), sendo facultado à Administração Pública Municipal convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação ([art. 43, § 2º](#)).

15.3 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([art. 64 da Lei nº 14.133/2021](#)):



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Av. Dom Pedro II, 830 - Fone (49) 3364-0092.
CNPJ Nº 80.622.319/0001-98
E-mail: pregoeiro@serraalta.sc.gov.br
Site: serraalta.atende.net

- I - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- II - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

15.3.1 Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação ([art. 64, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

15.4 Documentos a serem apresentados ([art. 62 ao 70 da Lei nº 14.133/2021](#))

15.4.1 PESSOA JURÍDICA

- I - Declaração que atende aos requisitos de habilitação ([art. 63, I da Lei nº 14.133/2021](#));
- II - Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos termos do [art. 93 da Lei nº 8.213/91](#) ([art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021](#));
- III - Declaração inexistência de impedimentos;
- IV - Declaração LGPD;
- V - Declaração para LC 123/2006;
- VI - Declaração art. 63, IV – PcD e reabilitado da Previdência Social;
- VII - Atestado de capacidade técnica, expedido por órgão público ou privado do objeto da licitação, comprovando que a empresa realizou o serviço.

15.4.2 **HABILITAÇÃO JURÍDICA** ([art. 66 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Comprovação da existência jurídica da pessoa, como:
 - i) Estatuto ou contrato social;
 - ii) Ato constitutivo;
 - iii) Registro comercial;

15.4.3 **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** ([art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Inscrição no [CNPJ](#);
- b) [Inscrição](#) no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, SE HOUVER, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Regularidade com a Fazenda federal e com a Seguridade Social;
- d) Regularidade com a Fazenda estadual do domicílio ou sede do licitante;
- e) Regularidade com a Fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante;
- f) Regularidade com o FGTS;
- g) Regularidade com a Justiça do Trabalho - CNDT;
- h) Cumprimento do [art. 7º, XXXIII da CF/88](#): proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

15.4.4 **HABILITAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA** ([art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

15.5 Se o licitante não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.



15.6 Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado o vencedor.

16. DOS RECURSOS E PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO

16.1 Cabe recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de ([art. 165, I da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - Julgamento das propostas;
- II - Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- III - Anulação ou revogação da licitação;
- IV - Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

16.2 Se apresentado recurso em virtude do disposto em I ou II do item anterior, serão observadas as seguintes disposições ([art. 165, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021](#), da ata de julgamento;
- II - A apreciação dar-se-á em fase única.

16.3 O recurso para os casos indicados no item 1:

- I - Será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida ([art. 165, § 2º \[primeira parte\] da Lei nº 14.133/2021](#));
- II - Apresentado o recurso, inicia prazo de 3 (três) dias úteis para contrarrazões, a partir da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso ([art. 165, § 4º da Lei nº 14.133/2021](#));
- III - Encerrado o prazo para apresentação das contrarrazões, a autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida analisará o recurso e as contrarrazões (se apresentadas) e proferirá decisão no prazo de 3 (três) dias úteis ([art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021 – primeira parte](#));
- IV - Se não reconsiderar o ato ou a decisão, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos ([art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021 – segunda parte](#));
- V - O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento ([art. 165, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)).

16.4 Dos atos que não cabem recurso, cabe pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ([art. 165, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

16.5 Quando aplicada sanção prevista no [art. 156 da Lei nº 14.133/2021](#):

16.5.1 Cabe recurso ([art. 166 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Sanções previstas nos [incisos I, II e III do caput do art. 156 desta Lei](#);
- b) Recurso deve ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;
- c) Dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, para apreciação e decisão no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;
- d) Se não houver reconsideração da decisão, será encaminhado recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.5.2 Cabe pedido de reconsideração ([art. 167 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Sanção prevista no [inciso IV do caput do art. 156 desta Lei](#);
- b) Pedido deve ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;
- c) Decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.6 Sobre recursos e pedidos de reconsideração:



- I - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente ([art. 168, caput da Lei nº 14.133/2021](#));
- II - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias ([art. 168, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#));
- III - Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses ([art. 165, § 5º da Lei nº 14.133/2021](#)).

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1 Conforme [art. 71 da Lei nº 14.133/2021](#), encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo de contratação será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- I - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II - Revogar o processo de contratação por motivo de conveniência e oportunidade;
- III - Proceder à anulação do processo de contratação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- IV - Adjudicar o objeto e homologar o processo de contratação.

17.2 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa ([art. 71, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

17.3 O motivo determinante para a revogação do processo de contratação deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado ([art. 71, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)).

17.4 Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados ([art. 71, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)).

17.5 A anulação do processo de contratação induz à do contrato.

18. CONTRATO ADMINISTRATIVO

18.1 Regras para formalização

18.1.1 O contrato administrativo observará, entre outras, as seguintes condições:

- i) Regular-se-á pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a ele será aplicado, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado ([art. 89, caput da Lei nº 14.133/2021](#));
- ii) O Município de Serra Alta - SC convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de 05 dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 ([art. 90, caput da Lei nº 14.133/2021](#));
 - a) O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração ([art. 90, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#));
 - b) Poderá o Município de Serra Alta - SC, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor ([art. 90, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#));



- c) Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos ([art. 90, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#));
- d) Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar as condições anteriores, o Município, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá ([art. 90, § 4º da Lei nº 14.133/2021](#)):
- i) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
 - ii) Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição;
- e) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Município caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante ([art. 90, § 5º da Lei nº 14.133/2021](#)), sendo que tal regra não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma [do inciso I do § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021](#) ([art. 90, § 6º da Lei nº 14.133/2021](#));
- f) É possível que o Município convoque os demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos [§§ 2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021](#) ([art. 90, § 7º da Lei nº 14.133/2021](#)).
- i) Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial ([art. 91, caput da Lei nº 14.133/2021](#));
- g) Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultar o [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(Ceis\)](#) e o [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(Cnep\)](#), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e para serem juntadas ao respectivo processo ([art. 91, § 4º da Lei nº 14.133/2021](#));
- h) A consulta será feita no seguinte link: <https://certidoes.cgu.gov.br/>;
- i) A consulta aos cadastros acima referidos **será realizada em nome do fornecedor e também de seu sócio majoritário**, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429/1992](#) (*Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências*);
- j) Os contratos administrativos obedecerão irrestritamente o disposto no [art. 92 da Lei nº 14.133/2021](#);
- k) O instrumento contratual poderá ser substituído nos termos do [art. 95, caput da Lei Federal nº 14.133/2021](#), sempre observando o disposto no [Título III da Lei Federal nº 14.133/2021](#) (Dos Contratos Administrativos);
- l) O contrato não terá seu preço reajustado;
- m) Poderá ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos ([art. 92, § 3º, \[parte final\] da Lei nº 14.133/2021](#)).
- i) O contrato administrativo será publicado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de sua assinatura ([art. 94, I da Lei nº 14.133/2021](#));
 - ii) Obrigações do CONTRATADO:
- n) Indicar o que consta no ETP + TR, de acordo com o objeto.
- o) Se é contratação de grande vulto ([art. 6º, XXII](#)):



*Art. 25, § 4º Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o edital **deverá prever a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme regulamento que disporá sobre as medidas a serem adotadas, a forma de comprovação e as penalidades pelo seu descumprimento.***

18.1.2 Obrigações do CONTRATANTE:

- a) **EXTINÇÃO CONTRATUAL:** Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações ([art. 136, caput da Lei nº 14.133/2021](#)):
- b.1)** Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
 - b.2)** Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
 - i) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o CONTRATADO tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
 - ii) Assegurarão ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021](#).
- b) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
 - i) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o CONTRATADO tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
 - ii) Assegurarão ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021](#).
- c) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do CONTRATADO;
 - i) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o CONTRATADO tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
 - ii) Assegurarão ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021](#).
- d) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- e) Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- f) Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- g) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;



h) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

18.1.3 O CONTRATADO terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses ([art. 136, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a)** Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no [art. 125 da Lei nº 14.133/2021](#);
- b)** Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- c)** Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- d)** Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- e)** Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

18.1.4 A extinção do contrato poderá ser ([art. 138 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a)** Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b)** Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c)** Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

18.1.5 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no processo ([art. 138, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)):

18.1.6 Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o CONTRATADO será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a ([art. 138, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a)** Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- b)** Pagamento do custo da desmobilização.

18.1.7 A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências ([art. 139 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a)** Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- b)** Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade, devendo o ato ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.
- c)** Execução da garantia contratual para:
 - i)** Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - ii)** Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - iii)** Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
 - iv)** Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;



d) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

i) Os emitentes das garantias previstas no [art. 96 da Lei nº 14.133/2021](#) serão notificados pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 136, § 4º da Lei nº 14.133/2021](#)).

18.2 A gestão e fiscalização:

18.2.1 A fiscalização será realizada pelo fiscal de contrato do município de Serra Alta, sendo que a empresa vencedora deverá fornecer os materiais, bem como o acesso do fiscal durante a instalação.

a) A gestão do contrato será exercida pelo Sr. VANDERLI RUI DE GASPARI;

b) A fiscalização será exercida pelo Sr. GILBERTO FICAGNA;

18.2.2 A gestão e a fiscalização atuarão em conjunto, priorizando a qualidade, os prazos, as características e demais conformações do edital.

19. RECEBIMENTO DO OBJETO

19.1 O objeto deverá ser entregue e instalado no Município de Serra Alta no prazo **máximo de 60 dias**, podendo o **prazo ser prorrogado mediante termo aditivo** com solicitação de no máximo 10 dias anteriores ao seu vencimento.

19.2 O objeto será recebido ([art. 140, II da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
- II - Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

19.3 O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato ([art. 140, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

19.4 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei e neste edital ([art. 140, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)).

19.5 Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão dados pelo ([art. 140, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)):

19.6 Os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado ([art. 140, § 4º da Lei nº 14.133/2021](#)).

20. PAGAMENTO

20.1 O pagamento a ser realizado pela Administração, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos ([art. 141, caput da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - Fornecimento de bens;
- II - Locações;
- III - Prestação de serviços;
- IV - Realização de obras.



20.2 A ordem cronológica poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração Pública Municipal e ao Tribunal de Contas de Santa Catarina – TCE/SC, exclusivamente nas seguintes situações ([art. 141, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;
- II - Pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
- III - Pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
- IV - Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;
- V - Pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

20.3 A inobservância imotivada da ordem cronológica ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização ([art. 141, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)).

20.4 O Município disponibilizará, mensalmente, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem ([art. 141, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)).

20.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento ([art. 143 da Lei nº 14.133/2021](#)).

20.6 Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total ([art. 145, caput da Lei nº 14.133/2021](#)).

20.6.1 A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem, hipótese que deverá ser previamente justificada no processo licitatório ([art. 145, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

Obs. 1: A Administração poderá exigir a prestação de garantia adicional como condição para o pagamento antecipado ([art. 145, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)).

20.6.2 Caso o objeto não seja executado no prazo contratual, o valor antecipado deverá ser devolvido ([art. 145, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)).

20.7 No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no art. 63 da [Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#) – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal ([art. 146 da Lei nº 14.133/2021](#)).

Obs. 1: o pagamento será realizado em conta corrente da empresa vencedora, mediante apresentação de nota fiscal eletrônica, após a autorização expressa do fiscal de contrato.

21. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções ([art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - Dar causa à inexecução parcial do contrato:



- II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- IX - Fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

21.2 Serão aplicadas as seguintes sanções às penalidades acima indicadas:

- I) Em caso de falta infração não justificável, poderá ser aplicado Advertência conforme Art. 156, § 2º, alínea I, da lei federal 14.133/2019.
- II) Infrações que não puderem ser justificadas ou a não assinatura do contrato, sujeitá-lo-á à multa de 5% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, Art. 156, § 3º, da lei federal 14.133/2019.
- III) Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pelas licitantes após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.
- IV) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Serra Alta/SC, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, [Art. 156, § 4º](#) nos incisos II, III, IV, V, VI, VII da lei federal 14.133/2019.
- V) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos [Art. 156, § 5º](#) e seus incisos VIII, IX, X, XI, XII, da lei federal 14.133/2019, podendo ainda ser aplicado juntamente multa de 5% de acordo com o [Art. 156, § 7º](#).

OBS.: O município poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pelas licitantes vencedoras.

21.3 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.4 Para aplicação das sanções (arts. [156, § 6º, I](#), [157 e 158](#) da Lei nº 14.133/2021):

- I - Inciso II do item 1: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;
- II - Incisos III e IV do item 1:
 - a) Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
 - b) O contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;



- c) Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;
- d) Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;
- e) A sanção prevista no inciso IV do item 1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal ([art. 156, § 6º, I da Lei nº 14.133/2021](#));
- f) A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:

III - Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;

IV - Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – *Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências*;

V - Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

21.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021](#)).

21.6 A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal ([art. 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021](#)).

21.7 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133/2021](#) ou em outras leis de **licitações** e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133/2021](#)).

21.8 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133/2021](#) ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133/2021](#)).

21.9 A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(Ceis\)](#) e no [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(Cnep\)](#), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal ([art. 161 da Lei nº 14.133/2021](#)).

21.10 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista do presente edital.

21.10.1 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 ([art. 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#)).

21.11 É admitida a reabilitação do contratado perante o Município, exigidos, cumulativamente ([art. 163 da Lei nº 14.133/2021](#)).

I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;

II - Pagamento da multa;

III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;



V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

21.11.1 A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII (*Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato*) e XII (*Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013*) do caput do item 1 exigirá, como condição de reabilitação do contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável ([art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#)).

22. DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 É facultado ao pregoeiro ou ao Presidente do CIIDR, em qualquer fase deste processo licitatório, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, sendo vedada, ressalvados os casos previstos neste edital, a inclusão posterior de informações ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

22.2 Sobre a contagem dos prazos:

I - Sempre observará o [art. 183 da Lei nº 14.133/2021](#);

II - Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos pelos licitantes para efeitos de julgamento deste processo licitatório.

22.3 Para fins de garantir a ampla publicidade, este edital e seus anexos serão divulgados:

I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município ([art. 176, III c/c p. ú. da Lei nº 14.133/2021](#));

II - Página do Município de Serra Alta - SC (<http://serraalta.atende.net>);

III - Diário Oficial dos Municípios – DOM ([art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021](#));

IV - Jornal diário de grande circulação local ([art. 175, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)).

OBS: O edital e todos os seus anexos serão divulgados na mesma data de divulgação do edital, sem necessidade de registro ou de identificação para acesso ([art. 25, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)).

22.4 São anexos deste edital:

I - Estudo Técnico Preliminar – ETP

II - Termo de Referência – TR

III - Declaração inexistência de impedimentos

IV - Declaração LGPD

V - Declaração para LC 123/2006

VI - Proposta + Declaração [art. 63, § 1º](#)

VII - Declaração [art. 63, I](#) – atende os requisitos de habilitação

VIII - Declaração [art. 63, IV](#) – PcD e reabilitado da Previdência Social

IX - Contrato Administrativo

22.5 Os casos omissos serão dirimidos com estrita observância à [Lei nº 14.133/2021](#).

22.6 As questões decorrentes das previsões deste edital que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca Pinhalzinho - SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Serra Alta - SC, 27 de junho de 2024.

RAFAEL MARIN
Prefeito de Serra Alta - SC



ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR nº 015/2024 Lei Federal nº 14.133/2021 : art. 6º, XX c/c art. 18, §§ 1º e 2º		
	ELEMENTOS	OBRIGATÓRIO RESPONDER?
1.	<p>DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO Resposta: PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE GRAMA SINTETICA PARA QUADRA ESPORTIVA LOCALIZADA EM FRENTE A CRECHE MUNICIPAL, NO LOTEAMENTO VISTA LONGA.</p> <p>Trata-se de aquisição de grama sintética para quadra esportiva, que está localizada na quadra em frente a creche C.E.I. Primeiros Passos.</p> <p>A quadra esportiva atenderá as necessidades da creche para realização de atividades físicas, culturais, esportivas, psicomotoras e demais atividades relacionadas ao ensino, com as crianças do C.E.I. Primeiros Passos.</p> <p>Além disso a demanda por espaços recreativos e esportivos acessíveis à população é uma prioridade essencial para promover o bem-estar físico e mental, além de fortalecer o senso de comunidade.</p> <p>Diante disso, identificamos a necessidade premente de criar um ambiente propício para a prática de atividades esportivas e jogos ao ar livre.</p> <p>Este projeto visa atender à crescente demanda por locais adequados para a realização de atividades esportivas e recreativas, contribuindo para a promoção da saúde e do convívio social entre os membros da comunidade.</p> <p>A falta de espaços adequados para a prática de jogos tem sido uma preocupação recorrente entre os residentes, e a criação de um novo local dedicado a essas atividades é fundamental para atender a essa necessidade.</p> <p>O espaço proposto será projetado levando em consideração as preferências e necessidades da comunidade, oferecendo instalações modernas e funcionais que permitam a prática de uma variedade de esportes e jogos. Além disso, a acessibilidade será uma prioridade, garantindo que o espaço seja inclusivo e aberto a todos os membros da comunidade, independentemente de idade, habilidade ou condição física.</p> <p>Ao criar este espaço, esperamos promover um estilo de vida ativo e saudável entre os residentes, fortalecer os laços comunitários e proporcionar um ambiente seguro e acolhedor para a realização de atividades esportivas e recreativas. Estamos comprometidos em garantir que este projeto atenda às expectativas da comunidade e contribua positivamente para a qualidade de vida de todos os envolvidos.</p> <p>Além disso, deve-se salientar que espaços compostos de grama sintética, proporciona maior custo benefício, tratando-se de manutenção, preservação, durabilidade e resistência.</p> <p>O material tem garantia de uso de 05 anos, com toda a manutenção realizada de forma regular.</p>	<p>SIM Art. 18, § 1º, I c/c § 2º</p>
2.	<p>REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO Resposta ou Justificativa para não responder:</p> <p>A contratação será através de Processo Administrativo Pregão Eletrônico, realizado na Plataforma Portal de Compras Públicas, onde a empresa irá habilitar-se conforme os requisitos do Edital.</p> <p>A empresa deverá possuir sua habilitação Jurídica, Fiscal, Econômica e apresentar as declarações, comprovando que está em regularidade com a legislação vigente. Ainda não poderá constar no cadastro de empresa inidôneas ou impedidas.</p> <p>A empresa ficará responsável pelo fornecimento de todos os materiais necessários (grama sintética, borracha, cola, areia e demais materiais) além dos serviços de</p>	<p>NÃO Mas se não responder, precisa justificar – art. 18, § 2º</p>



	<p>instalação, transporte, alimentação, estadia, bem como possuir colaboradores capacitados para os serviços.</p> <p>Além disso a vencedora do certame deverá seguir as orientações da equipe do município na instalação e montagem, atingindo todas as necessidades do município.</p>	
3.	<p>LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR</p> <p>Resposta ou Justificativa para não responder:</p> <p>Foi realizado buscas de orçamentos em empresa especializadas do ramo, e em processos administrativos realizados município da região, para buscar valores do produto instalado.</p> <p>Diante da necessidade de criar um espaço para a população realizar jogos, exploramos uma variedade de alternativas para atender a essa demanda crescente por instalações esportivas e recreativas na comunidade. Durante nosso levantamento de mercado, identificamos diversas ideias promissoras que podem proporcionar um ambiente inclusivo e acessível para a prática de atividades esportivas e de lazer.</p> <p>Parques Multifuncionais: Uma opção interessante seria o desenvolvimento de parques multifuncionais que ofereçam uma ampla gama de atividades esportivas e recreativas. Esses parques poderiam incluir áreas gramadas para jogos de futebol, quadras poliesportivas para basquete e vôlei, além de espaços para corrida e caminhada.</p> <p>Grama Sintética: Uma solução que se destaca como a mais adequada para atender às necessidades da comunidade é a construção de um campo de grama sintética. Este tipo de superfície oferece inúmeras vantagens, incluindo durabilidade, baixa manutenção, resistência às condições climáticas e versatilidade para a prática de uma variedade de esportes.</p> <p>Conclusão: Melhor Opção - Grama Sintética</p> <p>Após uma análise cuidadosa das alternativas disponíveis, concluímos que a construção de uma quadra de grama sintética é a melhor opção para atender às necessidades da comunidade em relação a um espaço para realizar jogos.</p> <p>A grama sintética oferece uma superfície durável e de baixa manutenção que pode ser usada durante todo o ano, independentemente das condições climáticas.</p> <p>Além disso, sua versatilidade permite a prática de uma variedade de esportes, desde futebol. Portanto, recomendamos fortemente a implementação de um campo de grama sintética como a solução ideal para promover um estilo de vida ativo e saudável entre os moradores da comunidade.</p>	<p>NÃO</p> <p>Mas se não responder , precisa justificar – art. 18, § 2º</p>
4.	<p>DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO</p> <p>Resposta ou Justificativa para não responder:</p> <p>A vencedora do certame deverá fornecer o equipamento nos termos deste RTP, TR e edital, ou seja, com os materiais adequados e compatíveis para melhor funcionamento e evitar avarias.</p> <p>O município ainda vem buscando uma solução para atender à necessidade da comunidade por um espaço dedicado à realização de atividades esportivas e de lazer. Reconhecemos a importância de fornecer um local acessível e inclusivo onde os membros da comunidade possam se reunir para desfrutar de uma variedade de jogos e esportes.</p> <p>Nosso objetivo é criar um ambiente que promova um estilo de vida ativo e saudável, além de fortalecer os laços comunitários e melhorar a qualidade de vida dos residentes. Para alcançar esse objetivo, buscamos uma solução que ofereça as seguintes características mínimas:</p>	<p>NÃO</p> <p>Mas se não responder , precisa justificar – art. 18, § 2º</p>



Acessibilidade: O espaço deve ser acessível a todas as pessoas, independentemente de idade, habilidade ou condição física. Isso inclui a disponibilidade de rampas de acesso, espaços reservados para pessoas com deficiência e instalações adequadas para idosos e crianças.

Segurança: A segurança dos usuários é uma prioridade. O espaço deve ser projetado e construído de acordo com os mais altos padrões de segurança, incluindo a instalação de superfícies antiderrapantes, cercas de proteção e equipamentos de segurança adequados.

Versatilidade: O espaço deve ser projetado para acomodar uma variedade de atividades esportivas e de lazer, como futebol, basquete, vôlei, corrida e caminhada. Deve oferecer flexibilidade para atender às necessidades e interesses diversos da comunidade.

Manutenção Sustentável: Buscamos uma solução que incorpore práticas de manutenção sustentável, incluindo o uso de materiais ecológicos, sistemas de drenagem eficientes e paisagismo que promova a biodiversidade local.

Integração Comunitária: O projeto deve ser desenvolvido em consulta com os membros da comunidade, levando em consideração suas necessidades, preocupações e sugestões. Queremos garantir que o espaço seja verdadeiramente um reflexo das aspirações e valores da comunidade.

Ao atender a esses requisitos mínimos, a solução proposta irá proporcionar um espaço de qualidade para a realização de jogos e atividades esportivas, contribuindo para o bem-estar e a coesão social da comunidade.

5. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHEM DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA

SIM
[Art. 18, § 1º, IV c/c § 2º](#)

Memória de Cálculo: GRAMA SINTÉTICA INSTALADA

Fornecedor 1	Fornecedor 2	Fornecedor 3	Total	Media
EUROGRASS GRAMADOS SINTÉTICOS	BASE CONSTRUÇÃO S ESPORTIVAS			
R\$ 115,00	R\$ 113,44	R\$		

Valor final dos itens:

Item	Descrição	Und	Qtidade	Unitário	Valor total
1	GRAMA SINTÉTICA ESPORTIVA DE 52MM INSTALADA • Fio fibrilada de 52mm de altura 8.500 Detex, Fio 100% polietileno virgem, Base dupla com revestimento em látex especial + resina acrílica, mínimo 11.000 pontos por m², Gauge 5/8" e mínimo 17 pontos para cada 10 cm lineares, cor: Verde, Peso por m² produto acabado 2,55KG, Garantia de 5 anos; • Mínimo 8.000 KG Granulado de borracha PG01; • Cola PU, tape para união dos tapetes; • Grama branca para demarcação de 52 mm de altura, fio 100% polietileno virgem, base dupla com revestimento em látex especial + resina acrílica, mínima de 10.300 pontos por m²,	M²	680		



	<p>Gauge 5/8, mínimo de 16 pontos para cada 10 cm, lineares, Garantia de 05 anos.</p> <ul style="list-style-type: none">• Mínimo 16 m³ de areia fina seca (sílica);• Mão de obra para instalação de grama sintética, para regularização e aplicação de areia sobre a grama, aplicação de granulado de borracha e escovação de todo o gramado instalado para regularização.• Frete e demais custos operacionais e administrativos.																
	<p>Foi calculada a quantidade de grama sintética necessária com base na área total do campo + laterais com medidas de 17,95 m x 36,10 m totalizando aproximadamente 650 m² e ainda a área de banco de reservas de 17,5 m x 1,5m totalizando aproximadamente 30 m² totalizando cerca de 680 m² de área com grama sintética. A memória de cálculo inclui a área total do campo, a largura das tiras de grama sintética e as recomendações do fabricante.</p>																
6.	<p>ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO</p> <p>Resposta:</p> <p>Dos preços: Foram buscados preços junto a fornecedores e atas de instituições públicas, porém como os itens são aquisições que comumente não são realizados por municípios ou outros entes da administração pública, não foram encontradas referencias de valores para os bens, e, portanto, adotados os orçamentos captados. Após uma análise detalhada das opções disponíveis, gostaríamos de apresentar a descrição da solução escolhida, acompanhada das justificativas técnica e econômica que fundamentam nossa decisão em relação à contratação de uma empresa especializada em compactação, nivelamento, fornecimento e instalação de grama sintética em nosso campo de futebol Society.</p> <p>Descrição da Solução, optamos pela contratação de uma empresa especializada devido à sua ampla experiência e expertise comprovada na execução de projetos similares, sua reputação sólida no mercado e sua capacidade de oferecer uma solução completa, desde a preparação do terreno até a instalação final da grama sintética.</p> <p>Justificativa Técnica, Qualificação e Experiência: A empresa contratada deverá possuir uma equipe altamente qualificada e experiente, especializada em compactação, nivelamento e instalação de grama sintética. Sua expertise técnica garante a execução precisa e eficiente dos serviços, garantindo uma superfície de jogo segura e de alta qualidade.</p> <p>Desta forma temos:</p>					<p>SIM</p> <p>Art. 18, § 1º, VI c/c § 2º</p>											
	<table><tr><th>Item</th><th>Descrição</th><th>Unidade</th><th>Qtidade</th><th>Unitário</th><th>Total</th></tr><tr><td>1</td><td>GRAMA SINTÉTICA ESPORTIVA DE 52MM INSTALADA<ul style="list-style-type: none">• Fio fibrilada de 52mm de altura 8.500 Detex, Fio 100% polietileno virgem, Base dupla com revestimento em látex especial + resina acrílica, mínimo 11.000 pontos por m², Gauge 5/8" e mínimo 17 pontos para cada 10 cm lineares, cor: Verde, Peso por</td><td>UND</td><td>680</td><td>R\$ 114,22</td><td>R\$ 77.669,60</td></tr></table>	Item	Descrição	Unidade	Qtidade	Unitário	Total	1	GRAMA SINTÉTICA ESPORTIVA DE 52MM INSTALADA <ul style="list-style-type: none">• Fio fibrilada de 52mm de altura 8.500 Detex, Fio 100% polietileno virgem, Base dupla com revestimento em látex especial + resina acrílica, mínimo 11.000 pontos por m², Gauge 5/8" e mínimo 17 pontos para cada 10 cm lineares, cor: Verde, Peso por	UND	680	R\$ 114,22	R\$ 77.669,60				
Item	Descrição	Unidade	Qtidade	Unitário	Total												
1	GRAMA SINTÉTICA ESPORTIVA DE 52MM INSTALADA <ul style="list-style-type: none">• Fio fibrilada de 52mm de altura 8.500 Detex, Fio 100% polietileno virgem, Base dupla com revestimento em látex especial + resina acrílica, mínimo 11.000 pontos por m², Gauge 5/8" e mínimo 17 pontos para cada 10 cm lineares, cor: Verde, Peso por	UND	680	R\$ 114,22	R\$ 77.669,60												

SIM
[Art. 18, § 1º, VI c/c § 2º](#)



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Av. Dom Pedro II, 830 - Fone (49) 3364-0092.
CNPJ Nº 80.622.319/0001-98
E-mail: pregoeiro@serraalta.sc.gov.br
Site: serraalta.atende.net

	<p>m² produto acabado 2,55KG, Garantia de 5 anos;</p> <ul style="list-style-type: none">• Mínimo 8.000 KG Granulado de borracha PG01;• Cola PU, tape para união dos tapetes;• Grama branca para demarcação de 52 mm de altura, fio 100% polietileno virgem, base dupla com revestimento em látex especial + resina acrílica, mínima de 10.300 pontos por m², Gauge 5/8, mínimo de 16 pontos para cada 10 cm, lineares, Garantia de 05 anos.• Mínimo 16 m³ de areia fina seca (sílica);• Mão de obra para instalação de grama sintética, para regularização e aplicação de areia sobre a grama, aplicação de granulado de borracha e escovação de todo o gramado instalado para regularização.• Frete e demais custos operacionais e administrativos.																
7.	JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO Resposta: A contratação não será parcelada e tampouco realizado pagamentos antecipados, e o material deverá ser instalado em sua totalidade, inclusive nos detalhes. A licitação será realizada na forma global, com pagamento ao final do material fornecido e instalado. O pagamento será realizado de forma integral, ao final do processo de instalação. A empresa deverá estar com toda a regularidade fiscal e trabalhista em acordo com a legislação vigente.					SIM Art. 18, § 1º, VIII c/c § 2º											
8.	CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES Resposta ou Justificativa para não responder: O município não possui licitações correlatas, sendo está a primeira licitação em que está sendo adquirida os objetos.					NÃO Mas se não responder , precisa justificar – art. 18, § 2º											
9.	DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO Resposta ou Justificativa para não responder: O Consorcio CIDIR não possui plano de contratação anual, sendo que estas aquisições são pontuais, mediante a necessidade de ampliação da frota, proporcionando a adequação do Consorcio e proporcionar a melhoria continua dos seus serviços.					NÃO Mas se não responder , precisa justificar – art. 18, § 2º											
<table><tr><td>Código Reduzido:</td><td>100</td></tr><tr><td>Órgão:</td><td>5 - Secretaria de Educacao, Cultura e Esportes</td></tr><tr><td>Unidade:</td><td>3 - Departamento de Esportes</td></tr><tr><td>Ação:</td><td>2507 - ESPORTE, FORMAÇÃO E LAZER</td></tr><tr><td>Vínculo:</td><td>150070000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS - IMPOSTOS</td></tr><tr><td>Subelemento:</td><td>3339030240000000000 - Material para manutenção bens imóveis</td></tr></table>						Código Reduzido:	100	Órgão:	5 - Secretaria de Educacao, Cultura e Esportes	Unidade:	3 - Departamento de Esportes	Ação:	2507 - ESPORTE, FORMAÇÃO E LAZER	Vínculo:	150070000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS - IMPOSTOS	Subelemento:	3339030240000000000 - Material para manutenção bens imóveis
Código Reduzido:	100																
Órgão:	5 - Secretaria de Educacao, Cultura e Esportes																
Unidade:	3 - Departamento de Esportes																
Ação:	2507 - ESPORTE, FORMAÇÃO E LAZER																
Vínculo:	150070000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS - IMPOSTOS																
Subelemento:	3339030240000000000 - Material para manutenção bens imóveis																
10.	DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS Resposta ou Justificativa para não responder:					NÃO Mas se não responder , precisa											



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Av. Dom Pedro II, 830 - Fone (49) 3364-0092.
CNPJ Nº 80.622.319/0001-98
E-mail: pregoeiro@serraalta.sc.gov.br
Site: serraalta.atende.net

	Com a aquisição o município pretende promover um espaço adequado para as crianças da Creche CEI Primeiros Passos realizarem as atividades esportivas, de brincadeiras, para o aprendizado e ainda para a comunidade em geral, desenvolver o hábito da prática esportiva e manutenção da saúde das pessoas.	justificar – art. 18, § 2º
11.	PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL Resposta ou Justificativa para não responder: O Município de Serra Alta fará a gestão e fiscalização do contrato, através de servidores do quadro efetivo. Serão avaliadas todas as características básicas do produto, levando sempre a máxima qualidade e o emprego correto dos recursos públicos. Quanto a fiscalização do objeto e gestão, caberá aos seguintes colaboradores: VANDERLI RUI DE GASPARI Gestor de Contrato GILBERTO FICAGNA Fiscal de Contrato	NÃO Mas se não responder , precisa justificar – art. 18, § 2º
12.	DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL Resposta ou Justificativa para não responder: A implantação da quadra poliesportiva não gera impactos ambientais, porém gera impactos sociais positivos, pois cria uma nova alternativa de atividades esportivas, para melhorar os indicadores de saúde e desenvolvimento humano. Cria uma nova opção para de crianças, jovens e adultos para as práticas esportivas tanto para a escola quanto para a população em geral.	NÃO Mas se não responder , precisa justificar – art. 18, § 2º
13.	POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA Resposta: Com o exposto o município emite parecer favorável à execução do projeto, destinando os recursos necessários para a execução.	SIM Art. 18, § 1º, XIII c/c § 2º

SERRA ALTA - SC, 27 de junho de 2024.

GILBERTO JOSÉ FICAGNA
SECRETARIO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES



ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA 015/2024 Lei Federal nº 14.133/2021 : art. 6º, XXIII c/c art. 40, §§ 1º e 4º											
	ELEMENTOS		OBRIGATÓRIO RESPONDER?								
1.	DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO Resposta: PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA PARA QUADRA ESPORTIVA LOCALIZADA EM FRENTE A CRECHE MUNICIPAL, NO LOTEAMENTO VISTA LONGA. Trata-se de aquisição de grama sintética para quadra esportiva, que está localizada na quadra poliesportiva em frente a creche C.E.I. Primeiros Passos. A quadra esportiva atenderá as necessidades da creche para realização de atividades físicas, culturais, esportivas, psicomotoras e demais atividades relacionadas ao ensino, com as crianças do C.E.I. Primeiros Passos. Além disso a demanda por espaços recreativos e esportivos acessíveis à população é uma prioridade essencial para promover o bem-estar físico e mental, além de fortalecer o senso de comunidade. Diante disso, identificamos a necessidade premente de criar um ambiente propício para a prática de atividades esportivas e jogos ao ar livre. Este projeto visa atender à crescente demanda por locais adequados para a realização de atividades esportivas e recreativas, contribuindo para a promoção da saúde e do convívio social entre os membros da comunidade. A falta de espaços adequados para a prática de jogos tem sido uma preocupação recorrente entre os residentes, e a criação de um novo local dedicado a essas atividades é fundamental para atender a essa necessidade. O espaço proposto será projetado levando em consideração as preferências e necessidades da comunidade, oferecendo instalações modernas e funcionais que permitam a prática de uma variedade de esportes e jogos. Além disso, a acessibilidade será uma prioridade, garantindo que o espaço seja inclusivo e aberto a todos os membros da comunidade, independentemente de idade, habilidade ou condição física. Ao criar este espaço, esperamos promover um estilo de vida ativo e saudável entre os residentes, fortalecer os laços comunitários e proporcionar um ambiente seguro e acolhedor para a realização de atividades esportivas e recreativas. Estamos comprometidos em garantir que este projeto atenda às expectativas da comunidade e contribua positivamente para a qualidade de vida de todos os envolvidos.		SIM Art. 6º, XXIII, "a"								
2.	ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHEM DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA Resposta: <table><tr><th>Item</th><th>Descrição</th><th>Unidade</th><th>Qtidade</th></tr><tr><td>1</td><td>GRAMA SINTÉTICA ESPORTIVA DE 52MM INSTALADA</td><td>M²</td><td>677</td></tr></table>		Item	Descrição	Unidade	Qtidade	1	GRAMA SINTÉTICA ESPORTIVA DE 52MM INSTALADA	M²	677	SIM Art. 40, § 1º, I
Item	Descrição	Unidade	Qtidade								
1	GRAMA SINTÉTICA ESPORTIVA DE 52MM INSTALADA	M²	677								



	<ul style="list-style-type: none">• Fio fibrilada de 52mm de altura 8.500 Detex, Fio 100% polietileno virgem, Base dupla com revestimento em látex especial + resina acrílica, mínimo 11.000 pontos por m², Gauge 5/8" e mínimo 17 pontos para cada 10 cm lineares, cor: Verde, Peso por m² produto acabado 2,55KG, Garantia de 5 anos;• Mínimo 8.000 KG Granulado de borracha PG01;• Cola PU, tape para união dos tapetes;• Grama branca para demarcação de 52 mm de altura, fio 100% polietileno virgem, base dupla com revestimento em látex especial + resina acrílica, mínima de 10.300 pontos por m², Gauge 5/8, mínimo de 16 pontos para cada 10 cm, lineares, Garantia de 05 anos.• Mínimo 16 m³ de areia fina seca (sílica);• Mão de obra para instalação de grama sintética, para regularização e aplicação de areia sobre a grama, aplicação de granulado de borracha e escovação de todo o gramado instalado para regularização.• Frete e demais custos operacionais e administrativos.				
	<p>Foi calculada a quantidade de grama sintética necessária com base na área total do campo + laterais com medidas de 17,95 m x 36,10m totalizando aproximadamente 650 m² e ainda a área de banco de reservas de 17,5 m x 1,5m totalizando aproximadamente 27 m² totalizando cerca de 677 m² de área com grama sintética.</p> <p>A memória de cálculo inclui a área total do campo, a largura das tiras de grama sintética e as recomendações do fabricante.</p>				
3.	<p>ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO</p> <p>Resposta:</p> <p>Dos preços: Foram buscados preços junto a outros processos de licitação, porém os itens licitados, são aquisições realizados de forma específica, geralmente a empresa deverá executar outros serviços juntamente com a instalação de grama sintética (aterros, camadas de base e outros) ou então integrada a uma obra. Desta forma fica inviável o uso de homologações ou contratos existentes.</p> <p>Desta forma foi procurado fornecedores locais e regionais, e na internet para composição do preço, que devido as condições exclusivas do objeto foi optado pela média de valores.</p>				<p>SIM</p> <p>Art. 6º, XXIII, "b"</p>
4.	<p>DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO</p> <p>Resposta: A vencedora do certame deverá fornecer o equipamento nos termos deste RTP, TR e edital, ou seja, com os materiais adequados e compatíveis para melhor funcionamento e evitar avarias.</p> <p>O município ainda vem buscando uma solução para atender à necessidade da comunidade por um espaço dedicado à realização de atividades esportivas e de lazer. Reconhecemos a importância de fornecer um local acessível e inclusivo onde os membros da comunidade possam se reunir para desfrutar de uma variedade de jogos e esportes.</p>				<p>SIM</p> <p>Art. 6º, XXIII, "c"</p>



Nosso objetivo é criar um ambiente que promova um estilo de vida ativo e saudável, além de fortalecer os laços comunitários e melhorar a qualidade de vida dos residentes. Para alcançar esse objetivo, buscamos uma solução que ofereça as seguintes características mínimas:

Acessibilidade: O espaço deve ser acessível a todas as pessoas, independentemente de idade, habilidade ou condição física. Isso inclui a disponibilidade de rampas de acesso, espaços reservados para pessoas com deficiência e instalações adequadas para idosos e crianças.

Segurança: A segurança dos usuários é uma prioridade. O espaço deve ser projetado e construído de acordo com os mais altos padrões de segurança, incluindo a instalação de superfícies antiderrapantes, cercas de proteção e equipamentos de segurança adequados.

Versatilidade: O espaço deve ser projetado para acomodar uma variedade de atividades esportivas e de lazer, como futebol, basquete, vôlei, corrida e caminhada. Deve oferecer flexibilidade para atender às necessidades e interesses diversos da comunidade.

Manutenção Sustentável: Buscamos uma solução que incorpore práticas de manutenção sustentável, incluindo o uso de materiais ecológicos, sistemas de drenagem eficientes e paisagismo que promova a biodiversidade local.

Integração Comunitária: O projeto deve ser desenvolvido em consulta com os membros da comunidade, levando em consideração suas necessidades, preocupações e sugestões. Queremos garantir que o espaço seja verdadeiramente um reflexo das aspirações e valores da comunidade.

Ao atender a esses requisitos mínimos, a solução proposta irá proporcionar um espaço de qualidade para a realização de jogos e atividades esportivas, contribuindo para o bem-estar e a coesão social da comunidade.

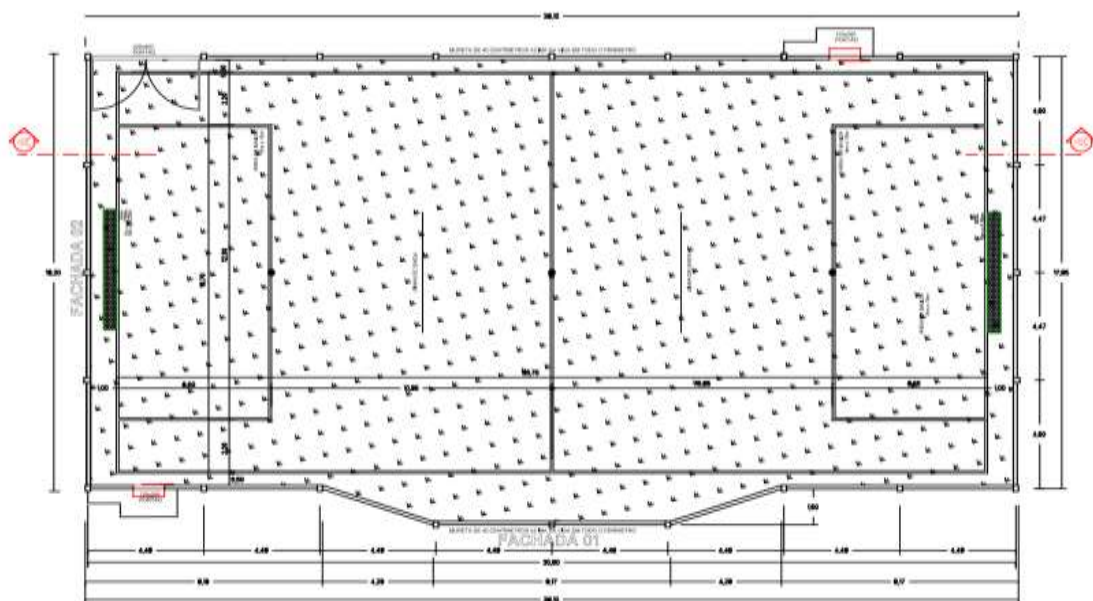
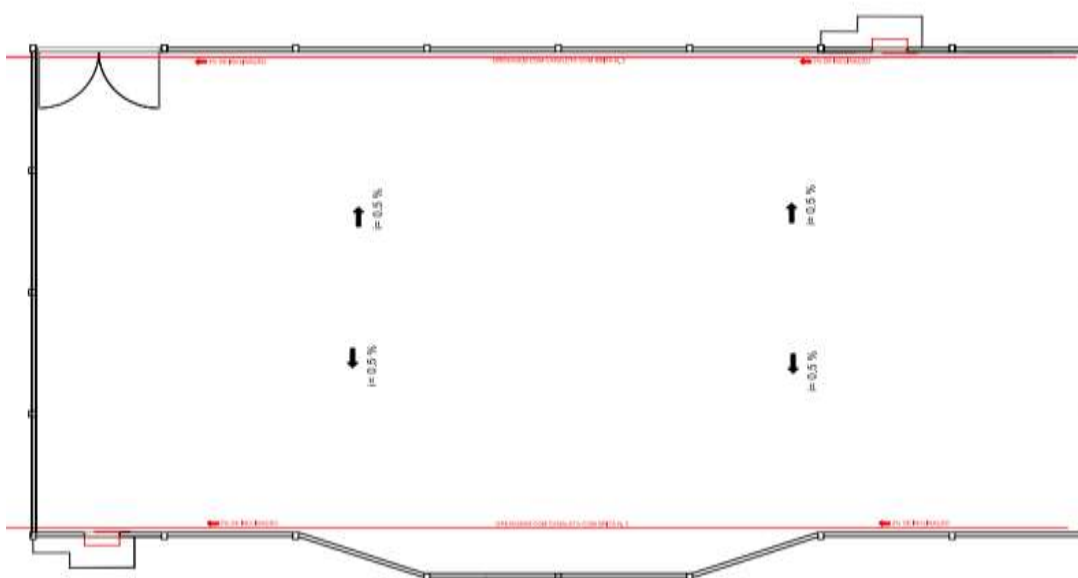
Além disso, deve-se salientar que espaços compostos de grama sintética, proporciona maior custo benefício, tratando-se de manutenção, preservação, durabilidade e resistência.

O material tem garantia de uso de 05 anos, com toda a manutenção realizada de forma regular.





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Av. Dom Pedro II, 830 - Fone (49) 3364-0092.
CNPJ Nº 80.622.319/0001-98
E-mail: pregoeiro@serraalta.sc.gov.br
Site: serraalta.atende.net





5.	<p>REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO</p> <p>Resposta: para que seja possível a contratação a empresa deverá demonstrar capacidade técnica no fornecimento do material, sendo que na licitação somente poderá participar pessoa jurídica, não cabendo nesse caso aplicação da lei 123/2006, não poderá participar pessoa física, as participantes deverão apresentar atestado de capacidade técnica emitido por ente público ou privado, comprovando a instalação do item.</p> <p>A empresa deverá apresentar toda a documentação conforme solicitado em edital, e registrar os preços no portal eletrônico PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS.</p> <p>São vedações para disputar o certame e participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, nos termos da Lei nº 14.133/2021:</p> <ul style="list-style-type: none">l) Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante;m) Empresa em consórcio ou cooperativa.n) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta (art. 14, III);o) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, IV);p) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Dispõe sobre as Sociedades por Ações, concorrendo entre si (art. 14, V);q) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista (art. 14, VI);r) Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato (art. 48, p. ú.);s) Vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica; <p>O licitante deverá apresentar as declarações:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Declaração que não incorre nos impedimentos;b) Declaração de LGPD; <p>Ainda deverá apresentar toda habilitação fiscal, trabalhista, econômica e jurídica.</p>	<p>SIM Art. 6º, XXIII, “d”</p>
6.	<p>MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, QUE CONSISTE NA DEFINIÇÃO DE COMO O CONTRATO DEVERÁ PRODUIR OS RESULTADOS PRETENDIDOS DESDE O SEU INÍCIO ATÉ O SEU ENCERRAMENTO</p> <p>Resposta: O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações contidos no ETP (estudo técnico preliminar), TR (termo de referência) e edital de licitação. Antes da instalação, deverá receber todas as informações referentes aos trabalhos técnicos do proposto. Deverá ainda fornecer um técnico para acompanhamento do nivelamento e compactação da base da quadra, para recebimento da grama sintética.</p>	<p>SIM Art. 6º, XXIII, “e”</p>



	<p>A empresa deverá ser entregue ao Município de Serra Alta no prazo de 30 dias, podendo o prazo ser prorrogado mediante termo aditivo com até 10 dias antes do seu vencimento.</p> <p>O objeto será entregue/instalado em quadra instalada em frente a creche C.E.I. Primeiros Passos, no loteamento Vista Longa.</p> <p>Para que o objeto seja aprovado, a empresa fornecedora deverá observar todas as características descritas no ETP, TR e edital.</p> <p>Mostrar-se sempre solícito e atender as necessidades do Município de Serra Alta, permitindo a ampla fiscalização.</p>	
7.	<p>MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE</p> <p>Resposta: a fiscalização será realizada pelo fiscal de contrato do município de Serra Alta, sendo que a empresa vencedora deverá fornecer os materiais, bem como o acesso do fiscal durante a instalação.</p> <p>A gestão do contrato será exercida pelo Sr. VANDERLI RUI DE GASPARI;</p> <p>A fiscalização será exercida pelo Sr. GILBERTO FICAGNA;</p> <p>A gestão e a fiscalização atuarão em conjunto, priorizando a qualidade, os prazos, as características e demais conformações do edital.</p>	<p>SIM Art. 6º, XXIII, "f"</p>
8.	<p>CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO</p> <p>Resposta: O pagamento a ser realizado pela Administração, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos (art. 141, caput da Lei nº 14.133/2021):</p> <ul style="list-style-type: none">V - Fornecimento de bens;VI - Locações;VII - Prestação de serviços;VIII - Realização de obras. <p>O pagamento será efetuado em conta corrente em nome da pessoa jurídica vencedora, mediante apresentação de nota fiscal eletrônica, com ateste do fiscal com recebimento provisório e definitivo do objeto do contrato, que deverá estar em acordo com o ETP, TR e edital, que autorizará o pagamento.</p>	<p>SIM Art. 6º, XXIII, "g"</p>
9.	<p>FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR</p> <p>Resposta: a seleção do fornecedor se dará mediante Pregão Eletrônico, realizado através de Plataforma Eletrônica – Portal de Compras Públicas, no endereço eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br/, conferência da documentação jurídica, econômica, fiscal e administrativas, apresentação de propostas eletrônicas e lances.</p> <p>Os fornecedores deverão cadastrar proposta e habilitação junto ao Portal de Compras Públicas.</p> <p>O pregoeiro após o aceite das propostas, abrirá a cessão eletrônica para lances do certame, com a classificação do MELHOR PREÇO NO ITEM.</p> <p>Posterior ao final dos lances será analisada a habilitação da melhor colocada.</p>	<p>SIM Art. 6º, XXIII, "h"</p>



10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, COM OS PARÂMETROS UTILIZADOS PARA A OBTENÇÃO DOS PREÇOS E PARA OS RESPECTIVOS CÁLCULOS, QUE DEVEM CONSTAR DE DOCUMENTO SEPARADO E CLASSIFICADO

SIM
Art. 6º,
XXIII,
"I"

Resposta:

Memória de Cálculo: GRAMA SINTÉTICA INSTALADA

Fornecedor 1	Fornecedor 2	Fornecedor 3	Total	Media
EUROGRASS GRAMADOS SINTÉTICOS	BASE CONSTRUÇÃO S ESPORTIVAS			
R\$ 115,00	R\$ 113,44	R\$		

Valor final dos itens:

Item	Descrição	Und	Qtidade	Unitário	Valor total
1	GRAMA SINTÉTICA ESPORTIVA DE 52MM INSTALADA • Fio fibrilada de 52mm de altura 8.500 Detex, Fio 100% polietileno virgem, Base dupla com revestimento em látex especial + resina acrílica, mínimo 11.000 pontos por m², Gauge 5/8" e mínimo 17 pontos para cada 10 cm lineares, cor: Verde, Peso por m² produto acabado 2,55KG, Garantia de 5 anos; • Mínimo 8.000 KG Granulado de borracha PG01; • Cola PU, tape para união dos tapetes; • Grama branca para demarcação de 52 mm de altura, fio 100% polietileno virgem, base dupla com revestimento em látex especial + resina acrílica, mínima de 10.300 pontos por m², Gauge 5/8, mínimo de 16 pontos para cada 10 cm, lineares, Garantia de 05 anos. • Mínimo 16 m³ de areia fina seca (sílica); • Mão de obra para instalação de grama sintética, para regularização e aplicação de areia sobre a grama, aplicação de granulado de borracha e escovação de todo o gramado instalado para regularização. • Frete e demais custos operacionais e administrativos.	M²	680	R\$ 114,22	R\$ 77.669,60

Foi calculada a quantidade de grama sintética necessária com base na área total do campo + laterais com medidas de 17,95 m x 36,10 m totalizando aproximadamente 650 m² e ainda a área de banco de reservas de 17,5 m x 1,5m totalizando aproximadamente 30 m² totalizando cerca de 680 m² de área com grama sintética.

A memória de cálculo inclui a área total do campo, a largura das tiras de grama sintética e as recomendações do fabricante.



11.	ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Resposta: <table><tr><td>Código Reduzido:</td><td>100</td></tr><tr><td>Órgão:</td><td>5 - Secretaria de Educacao, Cultura e Esportes</td></tr><tr><td>Unidade:</td><td>3 - Departamento de Esportes</td></tr><tr><td>Ação:</td><td>2507 - ESPORTE, FORMAÇÃO E LAZER</td></tr><tr><td>Vínculo:</td><td>150070000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS - IMPOSTOS</td></tr><tr><td>Subelemento:</td><td>3339030240000000000 - Material para manutenção bens imóveis</td></tr></table>	Código Reduzido:	100	Órgão:	5 - Secretaria de Educacao, Cultura e Esportes	Unidade:	3 - Departamento de Esportes	Ação:	2507 - ESPORTE, FORMAÇÃO E LAZER	Vínculo:	150070000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS - IMPOSTOS	Subelemento:	3339030240000000000 - Material para manutenção bens imóveis	SIM Art. 6º, XXIII, I
Código Reduzido:	100													
Órgão:	5 - Secretaria de Educacao, Cultura e Esportes													
Unidade:	3 - Departamento de Esportes													
Ação:	2507 - ESPORTE, FORMAÇÃO E LAZER													
Vínculo:	150070000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS - IMPOSTOS													
Subelemento:	3339030240000000000 - Material para manutenção bens imóveis													
12.	INDICAÇÃO DOS LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS E DAS REGRAS PARA RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO Resposta: a instalação dos materiais será realizada em quadra poliesportiva em frente a creche municipal C.E.I. Primeiros Passos, no loteamento Vista Longa. O recebimento será executado mediante inspeção do serviço e do material já instalado. O recebimento provisório e definitivo será realizado mediante a apresentação de nota fiscal eletrônica, com o aceite do fiscal. Após o recebimento a nota fiscal será enviada ao setor de contabilidade para pagamento.	SIM Art. 40, § 1º, II												
13.	ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO *DESDE QUE FUNDAMENTADA EM ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, A ADMINISTRAÇÃO PODERÁ EXIGIR QUE OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA SEJAM PRESTADOS MEDIANTE DESLOCAMENTO DE TÉCNICO OU DISPONIBILIZADOS EM UNIDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LOCALIZADA EM DISTÂNCIA COMPATÍVEL COM SUAS NECESSIDADES. Resposta: A garantia do material (grama sintética) será de cinco (05) anos a partir do recebimento definitivo. Em caso de desgaste provocado pela decomposição do material, ou falha de produção, o material será substituído na sua totalidade. A substituição será realizada no prazo máximo de 30 dias.	SIM Art. 40, § 1º, III c/c § 4º												

Serra Alta - SC, 27 de junho de 2024.

VANDERLI RUI DE GASPARI
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO



ANEXO III – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS PARA DISPUTAR O CERTAME E/OU PARTICIPAR DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

_____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA que não incorre nas vedações previstas na [Lei nº 14.133/2021](#), assumindo a responsabilidade de comunicar imediatamente a Administração Pública no caso de incorrer:

a) Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria ([art. 9º, § 1º](#));

b) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta ([art. 14, III](#));

Obs. 1: Este impedimento também é aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante ([art. 14, § 3º](#)).

c) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 14, IV](#));

d) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Dispõe sobre as Sociedades por Ações](#), concorrendo entre si ([art. 14, V](#));

e) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista ([art. 14, VI](#));

f) É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada ([art. 15, IV](#));

g) Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato ([art. 48, p. ú.](#));

h) Vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 122, § 3º](#)).

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do [art. 299 do Código Penal](#).

(LOCAL), (DATA).

(NOME COMPLETO – CNPJ/CPF)



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Av. Dom Pedro II, 830 - Fone (49) 3364-0092.
CNPJ Nº 80.622.319/0001-98
E-mail: pregoeiro@serraalta.sc.gov.br
Site: serraalta.atende.net

ANEXO IV – DECLARAÇÃO UNIFICADA

DECLARAÇÃO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr. _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, CPF nº _____, DECLARA:

a) DECLARAÇÃO DE POSSUIR FUNCIONÁRIO PÚBLICO:

Declara que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista. Também não possui proprietário, sócio ou funcionário que seja servidor ou agente político do órgão ou entidade ou responsável pela licitação. Não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante.

b) DECLARAÇÃO DE QUE OS SÓCIOS NÃO OCUPAM CARGOS POLÍTICOS:

Declara que seus sócios não ocupam cargos políticos (senador, deputado federal, deputado estadual e vereador) nas três esferas de governo (municipal, estadual e federal).

c) DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD:

Declara ter conhecimento da Lei de n.º 13.709 de 14 de agosto de 2018 – [Lei Geral de Proteção de Dados](#) quanto a coleta, processamento, compartilhamento e divulgação de dados nos termos da referida Lei;

Declara ainda que as informações prestadas são verdadeiras, assumindo a responsabilidade pelo seu inteiro teor, sob as penas da Lei.

Local, _____, _____ de _____ de 2024.

(carimbo CNPJ e nome e assinatura do responsável legal)

(número da carteira de identidade e órgão emissor)



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Av. Dom Pedro II, 830 - Fone (49) 3364-0092.
CNPJ Nº 80.622.319/0001-98
E-mail: pregoeiro@serraalta.sc.gov.br
Site: serraalta.atende.net

ANEXO V – ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

O licitante _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA, nos termos do [art. 63, I da Lei nº 14.133/2021](#) que atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do [art. 299 do Código Penal](#).

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Av. Dom Pedro II, 830 - Fone (49) 3364-0092.
CNPJ Nº 80.622.319/0001-98
E-mail: pregoeiro@serraalta.sc.gov.br
Site: serraalta.atende.net

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE QUE NAO EMPREGA MENORES

DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MENORES

A empresa, inscrita no CNPJ nº....., com sede na Rua, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº. e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins de cumprimento ao disposto no inciso V do Art. 68 da Lei Federal 14.133 que em conformidade ao Art. 7º da constituição Federal de 1988, inciso XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

.....

(data)

.....

(representante legal)



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Av. Dom Pedro II, 830 - Fone (49) 3364-0092.
CNPJ Nº 80.622.319/0001-98
E-mail: pregoeiro@serraalta.sc.gov.br
Site: serraalta.atende.net

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS

O licitante _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA, nos termos do [art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021](#), que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do [art. 299 do Código Penal](#).

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Av. Dom Pedro II, 830 - Fone (49) 3364-0092.
CNPJ Nº 80.622.319/0001-98
E-mail: pregoeiro@serraalta.sc.gov.br
Site: serraalta.atende.net

**ANEXO VIII – PROPOSTA
CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033 /2024
PREGÃO ELETRONICO Nº 033/2024**

Nome da Licitante:	
CNPJ:	
Endereço:	
Cidade:	
Telefone:	
e-mail:	
Responsável	

Prezados Senhores,

a) Pela presente submetemos à apreciação de V. S.^a a nossa conforme PLANILHA ORÇAMENTÁRIA abaixo:

Item	Descrição	Und	Qtidade	Marca	Unitário	Valor total
1	<p>GRAMA SINTÉTICA ESPORTIVA DE 52MM INSTALADA</p> <ul style="list-style-type: none">• Fio fibrilada de 52mm de altura 8.500 Detex, Fio 100% polietileno virgem, Base dupla com revestimento em látex especial + resina acrílica, mínimo 11.000 pontos por m², Gauge 5/8" e mínimo 17 pontos para cada 10 cm lineares, cor: Verde, Peso por m² produto acabado 2,55KG, Garantia de 5 anos;• Mínimo 8.000 KG Granulado de borracha PG01;• Cola PU, tape para união dos tapetes;• Grama branca para demarcação de 52 mm de altura, fio 100% polietileno virgem, base dupla com revestimento em látex especial + resina acrílica, mínima de 10.300 pontos por m², Gauge 5/8, mínimo de 16 pontos para cada 10 cm, lineares, Garantia de 05 anos.• Mínimo 16 m³ de areia fina seca (sílica);• Mão de obra para instalação de grama sintética, para regularização e aplicação de areia sobre a grama, aplicação de granulado de borracha e escovação de todo o gramado instalado para regularização.• Frete e demais custos operacionais e administrativos.	M²	680			

DECLARAMOS:

I - Nos termos do [art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021](#), que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta;

a) **Manteremos** nossa **proposta válida por 90 (noventa) dias corridos**, a contar da data de abertura da licitação.

b) Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos **comprometemos** a assinar o contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Senhor(a) _____, (função/cargo) _____, portador(a) da Cédula de



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Av. Dom Pedro II, 830 - Fone (49) 3364-0092.
CNPJ Nº 80.622.319/0001-98
E-mail: pregoeiro@serraalta.sc.gov.br
Site: serraalta.atende.net

Identidade RG Nº _____, expedida pelo _____ de _____, e inscrito no CPF sob o Nº _____, representante legal desta empresa.

- c) **Informamos** que teremos a capacidade técnica conforme solicitado no Termo de Referência.
d) **Declaramos** que estamos de pleno acordo com as condições estabelecidas na Licitação e seus anexos.
e) **Estamos** cientes dos serviços e das condições.
f) **Referente a Nota fiscal estamos cientes:**

- No pagamento serão retidas do valor da contratação todas as retenções previdenciárias, impostos e taxas fixados em Lei.
- Na hipótese de a licitante ser optante do SIMPLES, a empresa deverá informar através de declaração ou na Nota Fiscal a alíquota de ISSQN, INSS e o valor a ser recolhido.
- Na nota fiscal é obrigatório que a CONTRATADA informe o percentual e valor de retenção do IRRF da prestação de serviços realizadas para o Município de Águas Frias –SC conforme disposto na IN RFB nº 1.234/2012, a fim de viabilizar o cumprimento do art. 1º do Decreto Municipal nº 143/2023 de 13 de junho de 2023.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Av. Dom Pedro II, 830 - Fone (49) 3364-0092.
CNPJ Nº 80.622.319/0001-98
E-mail: pregoeiro@serraalta.sc.gov.br
Site: serraalta.atende.net

ANEXO VIII – CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 000/2024

O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, cadastrado no CNPJ nº 80.622.319/0001-98, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Dom Pedro II, 830, centro de Serra Alta, CEP 89871-000, através de seu **PREFEITO MUNICIPAL RAFAEL MARIN**, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXXXX, com sede à XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada pela Sócia Administradora Sra. **XXXXXXXXXXXXXX**, portadora do CPF XXXXXXXXXXXX doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar este contrato, mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS ([art. 92, I](#))

1.1. O objeto deste contrato trata-se de **PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA PARA QUADRA ESPORTIVA LOCALIZADA EM FRENTE A CRECHE MUNICIPAL, NO LOTEAMENTO VISTA LONGA**

ITEM:

Item	Descrição	Und	Qtdade	Marca	Unitário	Valor total
1	<p>GRAMA SINTÉTICA ESPORTIVA DE 52MM INSTALADA</p> <ul style="list-style-type: none">• Fio fibrilada de 52mm de altura 8.500 Detex, Fio 100% polietileno virgem, Base dupla com revestimento em látex especial + resina acrílica, mínimo 11.000 pontos por m², Gauge 5/8" e mínimo 17 pontos para cada 10 cm lineares, cor: Verde, Peso por m² produto acabado 2,55KG, Garantia de 5 anos;• mínimo 8.000 KG Granulado de borracha PG01;• Cola PU, tape para união dos tapetes;• Grama branca para demarcação de 52 mm de altura, fio 100% polietileno virgem, base dupla com revestimento em látex especial + resina acrílica, mínima de 10.300 pontos por m², Gauge 5/8, mínimo de 16 pontos para cada 10 cm, lineares, Garantia de 05 anos.• Mínimo 16 m³ de areia fina seca (sílica);• Mão de obra para instalação de grama sintética, para regularização e aplicação de areia sobre a grama, aplicação de granulado de borracha e escovação de todo o gramado instalado para regularização.• Frete e demais custos operacionais e administrativos.	M²	680			

OBS: OS SERVIÇOS PREPARATÓRIOS DA BASE SERÃO REALIZADOS PELO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ ENVIAR UM TÉCNICO, PARA ACOMPANHAR OS SERVIÇOS PREPARATÓRIOS DA BASE (NIVELAMENTO E COMPACTAÇÃO) PARA ADEQUAÇÃO AOS PADRÕES NECESSÁRIOS, PARA RECEBIMENTO DA GRAMA SINTÉTICA.

CLÁUSULA SEGUNDA: VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO E À PROPOSTA DO LICITANTE VENCEDOR ([art. 92, II](#))

2.1. Este contrato é vinculado ao edital do **Processo Licitatório nº 033/2024, Pregão Eletrônico nº 033/2024**, homologado em **00/00/2024**.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Av. Dom Pedro II, 830 - Fone (49) 3364-0092.
CNPJ Nº 80.622.319/0001-98
E-mail: pregoeiro@serraalta.sc.gov.br
Site: serraalta.atende.net

CLÁUSULA TERCEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

3.1. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na [Lei nº 14.133/2021](#) e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

3.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito

CLÁUSULA QUARTA: FORMA DE FORNECIMENTO ([art. 92, IV](#))

4.1. Deverão ser observados as características do ETP, TR e edital de licitação, que deverão estar de acordo com o descrito.

CLÁUSULA QUINTA: O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, OS CRITÉRIOS, A DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E OS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO ([art. 92, V](#))

5.1 O Município de Serra Alta - SC, pagará a contratada o valor de R\$

5.2 O pagamento será realizado até o 5º dia útil do mês subsequente a prestação de serviço, mediante apresentação de nota fiscal eletrônica, através de transferência bancária, em conta corrente em nome do favorecido.

5.3 O pagamento da nota fiscal somente poderá ser executado após a recebimento e aceitação pelo fiscal do contrato.

5.4 O pagamento será realizado após a entrega técnica, conforme descrito no item do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA: A VIGENCIA DO CONTRATO

O presente Contrato terá vigência de 60 dias contados da data de sua assinatura, ou seja, de **xx/xx/2024 até xx/xx/2024**, podendo ser prorrogado mediante termo de aditivo de prazo, em comum acordo entre as partes, conforme prevê a Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA: O CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, COM A INDICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA ([art. 92, VIII](#))

Código Reduzido:	100
Órgão:	5 - Secretaria de Educacao, Cultura e Esportes
Unidade:	3 - Departamento de Esportes
Ação:	2507 - ESPORTE, FORMAÇÃO E LAZER
Vínculo:	150070000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS - IMPOSTOS
Subelemento:	3339030240000000000 - Material para manutenção bens imóveis

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O PRAZO DE GARANTIA MÍNIMA DO OBJETO, OBSERVADOS OS PRAZOS MÍNIMOS ESTABELECIDOS NA LEI Nº 14.133/2021 E NAS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS, E AS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA ([art. 92, XIII](#))

A garantia dos materiais não poderá ser inferior a 05 (cinco), de acordo com a garantia do respectivo fabricante. Os termos de garantia dos componentes fabricados por terceiros devem ser entregues no momento da entrega;



6.1 A proponente vencedora será responsável para prestar assistência técnica especializada durante o período de garantia, sem custas para o Município de Serra Alta - SC;

6.2 Em caso de problemas técnicos com o material durante o período de garantia, causados por defeitos de fábrica, o Município de Serra Alta - SC poderá requerer a substituição por outro igual, sem ônus ao Município, ou então realizar o ressarcimento pelo valor pago pelo contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS E SUAS BASES DE CÁLCULO (art. 92, XIV)

11.1 O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções ([art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021](#)):

XIII - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

XIV - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

XV - Dar causa à inexecução total do contrato;

XVI - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

XVII - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

XVIII - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

XIX - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

XX - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

XXI - Fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

XXII - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XXIII - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

XXIV - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

11.2 Serão aplicadas as seguintes sanções às penalidades acima indicadas:

VI) Em caso de falta infração não justificável, poderá ser aplicado Advertência conforme Art. 156, § 2º, alínea I, da lei federal 14.133/2019.

VII) Infrações que não puderem ser justificadas ou a não assinatura do contrato, sujeitá-lo-á à multa de 5% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, Art. 156, § 3º, da lei federal 14.133/2019.

a) Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pelas licitantes após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

VIII) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Serra Alta - SC, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, Art. 156, § 4º nos incisos II, III, IV, V, VI, VII da lei federal 14.133/2019.

IX) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos Art. 156, § 5º e seus incisos VIII, IX, X, XI, XII, da lei federal 14.133/2019, podendo ainda ser aplicado juntamente multa de 5% de acordo com o Art. 156, § 7º.

OBS.: O município poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pelas licitantes vencedoras.

11.3 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)):



- VI - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- VII - As peculiaridades do caso concreto;
- VIII - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IX - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- X - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4 Para aplicação das sanções (arts. [156, § 6º, I](#), [157 e 158](#) da Lei nº 14.133/2021):

VI - Inciso II do item 1: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

VII - Incisos III e IV do item 1:

a) Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;

b) O contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

c) Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

d) Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;

e) A sanção prevista no inciso IV do item 1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal ([art. 156, § 6º, I da Lei nº 14.133/2021](#));

f) A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:

i) Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;

ii) Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – *Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências*;

iii) Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

11.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021](#)).

11.6 A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal ([art. 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021](#)).

11.7 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133/2021](#) ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133/2021](#)).

11.8 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133/2021](#) ou



para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133/2021](#)).

11.9 A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(Ceis\)](#) e no [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(Cnep\)](#), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal ([art. 161 da Lei nº 14.133/2021](#)).

11.10 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista do presente edital.

11.10.1 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 ([art. 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#)).

11.11 É admitida a reabilitação do contratado perante o Município de Serra Alta - SC, exigidos, cumulativamente ([art. 163 da Lei nº 14.133/2021](#)).

VI - Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;

VII - Pagamento da multa;

VIII - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IX - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

X - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

11.11.1 A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII (*Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato*) e XII (*Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013*) do *caput* do item 1 exigirá, como condição de reabilitação do contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável ([art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA A HABILITAÇÃO NA LICITAÇÃO ([art. 92, XVI](#))

1. O CONTRATADO fica obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

12.1 Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou da execução, correrão única e exclusivamente por conta da **CONTRATADA**.

12.2 Obriga-se a **CONTRATADA** a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente do não-recolhimento dos mesmos, por parte da **CONTRATADA**, fica a CONTRATANTE



desde já autorizada a suspender os pagamentos devidos a **CONTRATADA**, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação.

12.3 Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou parafiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**.

12.4 A **CONTRATADA** responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre a **CONTRATANTE** e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com a **CONTRATADA**, empregadora na forma do disposto no Art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.

12.4.1 - Caso haja condenação da **CONTRATANTE**, inclusive como responsável solidária, a **CONTRATADA**, reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência da decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: A OBRIGAÇÃO DE O CONTRATADO CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI, BEM COMO EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS, PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PARA APRENDIZ (art. 92, XVII)

1. O CONTRATADO fica obrigado a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: O MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, OBSERVADOS OS REQUISITOS DEFINIDOS EM REGULAMENTO (art. 92, XVIII)

A fiscalização será realizada pelo fiscal de contrato do município de Serra Alta, sendo que a empresa vencedora deverá fornecer os materiais, bem como o acesso do fiscal durante a instalação.

A gestão do contrato será exercida pelo Sr. **VANDERLI RUI DE GASPARI**;

A fiscalização será exercida pelo Sr. **GILBERTO FICAGNA**;

A gestão e a fiscalização atuarão em conjunto, priorizando a qualidade, os prazos, as características e demais conformações do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: OS CASOS DE EXTINÇÃO (art. 92, XIX)

1. Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações ([art. 136, caput da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do **CONTRATADO**;
- e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f) Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- g) Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;



- h) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;
- i) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

1.1. As hipóteses de extinção a que se referem as letras “b”, “c” e “d” do item anterior observarão as seguintes disposições ([art. 136, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o **CONTRATADO** tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- b) Assegurarão ao **CONTRATADO** o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021](#).

2. O **CONTRATADO** terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses ([art. 136, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no [art. 125 da Lei nº 14.133/2021](#);
- b) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- c) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- d) Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- e) Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

3. A extinção do contrato poderá ser ([art. 138 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

3.1. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

3.2. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o **CONTRATADO** será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a) Devolução da garantia;
- b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- c) Pagamento do custo da desmobilização.

4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências ([art. 139 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- b) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- c) Execução da garantia contratual para:
 - i) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;



- ii) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - iii) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
 - iv) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- d) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.
- 4.1. A aplicação das medidas previstas nas letras “a” e “b” do item anterior ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.
- 4.2. Na hipótese da letra “b”, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.
5. Os emitentes das garantias previstas no [art. 96 da Lei nº 14.133/2021](#) serão notificados pelo **CONTRATANTE** quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 136, § 4º da Lei nº 14.133/2021](#)).

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

1. Em atendimento ao disposto na [Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais \(LGPD\)](#), o CONTRATANTE, para a execução do objeto deste contrato, poderá, quando necessário, ter acesso aos dados pessoais dos representantes da CONTRATADA.
2. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:
- a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. [7º](#), [11](#) e/ou [14](#) da [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#), às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
 - b) O tratamento seja limitado para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação de legislação municipal, judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;
 - c) Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria execução do objeto, esta será realizada após prévia aprovação CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.
 - i) Eventualmente, podem as partes convencionar que o CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares;
 - d) Quando houver coleta e armazenamento de dados pessoais, a prática utilizada e os sistemas utilizados que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, devem seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.
 - i) Quando for o caso, os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle de acesso baseado em função e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;
3. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais, incluindo, sem prejuízo da [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#).
4. Os dados pessoais não poderão ser revelados, transferidos, compartilhados, comunicados ou de qualquer outra forma facultar acesso, no todo ou em parte, a terceiros, mesmo de forma agregada ou anonimizada, com exceção da prévia autorização por escrito da CONTRATANTE, quer direta ou



indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas informações.

6. A CONTRATADA oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança administrativas, organizativas, técnicas e físicas apropriadas para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais e as especificará formalmente ao CONTRATANTE, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros.

7. A CONTRATADA deverá utilizar medidas com nível de segurança adequadas em relação aos riscos, para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental ou indevida, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão eletrônica, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação.

8. As partes zelarão pelo cumprimento das medidas de segurança.

9. A CONTRATADA deverá acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização). O eventual acesso às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, por prazo indeterminado.

10. A CONTRATADA deverá garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados. Deverá assegurar que todos os seus colaboradores, citados acima, que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da CONTRATANTE, assinaram Acordo de Confidencialidade com a CONTRATADA.

10.1. Ainda a CONTRATADA treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados, assim fornecendo conhecimento formal sobre as obrigações e condições acordadas neste contrato, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE.

11. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#) e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

12. Uma parte deverá informar à outra, sempre que receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito de dados pessoais da outra parte, abstendo-se de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas ou conforme exigido pela [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#) e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

13. O Encarregado da CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado do CONTRATANTE, e fica obrigado a notificar ao CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da ciência da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais de que venha a ter conhecimento (ainda que suspeito), qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no [art. 48 da Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#), devendo a parte responsável, em até 10 (dez) dias corridos, tomar as medidas necessárias.

14. A critério do Encarregado de Dados do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

15. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo CONTRATANTE, eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#).

15.1. Ainda que encerrada vigência deste instrumento, os deveres previstos nas presentes cláusulas devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

16. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a [Seção III, Capítulo VI da Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#).



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Av. Dom Pedro II, 830 - Fone (49) 3364-0092.
CNPJ Nº 80.622.319/0001-98
E-mail: pregoeiro@serraalta.sc.gov.br
Site: serraalta.atende.net

16.1. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CONTRATANTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: PUBLICAÇÃO

1. Este contrato será publicado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura das partes ([art. 94, I da Lei nº 14.133/2021](#)).
2. Para fins de garantir a ampla publicidade, este contrato e/ou seu extrato será divulgado:
 - I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, ([art. 176, III c/c p. ú. da Lei nº 14.133/2021](#));
 - II - Página do Município de Serra Alta - SC: www.serraalta.atende.net
 - III - Diário Oficial dos Municípios – DOM ([art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021](#)).
 - IV - Diário de grande circulação: Jornal Diário Sul Brasil.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: FORO ([art. 92, § 1º](#))

1. É declarado competente o foro da comarca de Modelo/SC, para dirimir qualquer questão contratual.

Serra Alta - SC, xx de julho de 2024.

RAFAEL MARIN
Prefeito(a) do Município de Serra Alta - SC
CONTRATANTE

Responsável
CONTRATADO

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

TASSIA CASSOL
Assessora jurídica
OAB/SC nº 63.963

Testemunhas

Nome: